



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE

MANHÃ

TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA

PROVA ESCRITA OBJETIVA E DE REDAÇÃO – NÍVEL MÉDIO

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo sessenta questões objetivas e uma redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- uma folha de textos definitivos para a transcrição da redação



TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição da redação para a folha de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e da prova de redação é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas e da folha de textos definitivos, em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva e as transcrições para a folha de textos definitivos, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Língua Portuguesa

1

Numa sessão do Congresso Nacional, um deputado sobe à tribuna e lê para seus amigos políticos a tradução de um antigo discurso de John Kennedy, cujo tema era adequado a uma discussão daquele momento: o valor da democracia.

Nesse caso, levando-se em conta os elementos de comunicação desse ato, é correto afirmar que:

- (A) o emissor do discurso é o presidente John Kennedy;
- (B) o receptor do texto lido é o deputado que discursa;
- (C) o código empregado no texto é a língua inglesa;
- (D) a mensagem do texto aborda o valor da democracia;
- (E) o canal utilizado no ato é puramente auditivo.

2

O escritor francês Montaigne declarou: “Estamos sempre dispostos a atribuir aos escritos dos outros sentidos que favoreçam as nossas opiniões sedimentadas: um ateu se orgulha de fazer com que todos os autores reforcem a causa do ateísmo. Ele envenena com sua própria peçonha o mais inocente pensamento”.

Depreende-se da leitura desse texto que:

- (A) Montaigne é adepto da causa do ateísmo;
- (B) alguns autores interpretam favoravelmente textos alheios;
- (C) nossas opiniões sempre encontram apoio em outros textos;
- (D) nossas convicções se modificam conforme nossas leituras;
- (E) as citações de textos alheios envenenam nossas ideias.

3

Observe a seguinte frase, dita pelo gerente de uma empresa: “Esse empregado estava doente. Ele veio trabalhar. Isso mostra sua consciência profissional”.

Sobre a estruturação dessa frase, é correto afirmar que:

- (A) as duas primeiras frases informam dois fatos;
- (B) a terceira frase mostra uma oposição às duas frases anteriores;
- (C) entre as duas frases iniciais seria semanticamente adequada a conjunção “logo”;
- (D) o pronome “isso” se refere ao fato de o empregado estar doente;
- (E) o significado desse pequeno fragmento é integralmente construído de forma explícita.

4

Um senhor para diante de uma banca de jornais e diz para o jornalista: *Você tem aí A Gazeta do Povo?*

Sobre essa frase, na situação em que se insere, é correto afirmar que:

- (A) esse tipo de interrogação não pode ser respondido por meio dos advérbios “sim” ou “não”;
- (B) o jornalista pode notar a interrogação da frase por meio dos termos de valor interrogativo;
- (C) a frase mostra a intenção de comprar o jornal, por parte do enunciador da frase;
- (D) o emprego do tratamento “você” mostra desrespeito pelo jornalista por parte do possível freguês;
- (E) a resposta “não” por parte do jornalista deve ser seguida de informações sobre onde se pode comprar o jornal.

5

Todas as frases abaixo fazem propaganda de um creme dental; aquela que, em busca do convencimento do cliente, apela para a sua vaidade é:

- (A) Creme Dental X: mais por preço menor;
- (B) Sorriso brilhante é com Creme Dental X;
- (C) Faça como os franceses: compre Creme Dental X;
- (D) Para proteção completa dos dentes: Creme Dental X;
- (E) Não sofra com as cáries: use Creme Dental X.

6

Num relatório para sua chefia, um funcionário escreveu a seguinte frase: “A maioria do funcionalismo tentam investir na construção de conhecimentos que os permitam apreender o que é útil para sua atividade profissional”.

O chefe repreendeu o funcionário pelos erros cometidos no relatório e exigiu que o documento fosse corrigido; no dia seguinte, o funcionário corrigiu os erros e enviou ao chefe o seguinte texto, em que todos os problemas foram solucionados:

- (A) “A maioria do funcionalismo tentam investir na construção de conhecimentos que lhes permitam aprender o que é útil para sua atividade profissional.”
- (B) “A maioria do funcionalismo tenta investir na construção de conhecimentos que os permitam aprender o que é útil para sua atividade profissional.”
- (C) “A maioria do funcionalismo tenta investir na construção de conhecimentos que lhes permita aprender o que é útil para sua atividade profissional.”
- (D) “A maioria do funcionalismo tenta investir na construção de conhecimentos que os permitam aprender o que tem utilidade para sua atividade profissional.”
- (E) “A maioria do funcionalismo tentam investir na construção de conhecimentos que lhes permita apreender o que é útil para sua atividade profissional.”

7

Observe a seguinte descrição machadiana (*Dom Casmurro*) da casa onde mora o narrador e que procurou copiar a antiga casa onde morava na infância:

“Construtor e pintor entenderam bem as indicações que lhes fiz: é o mesmo prédio assobradado, três janelas de frente, varanda ao fundo, as mesmas alcovas e salas. Na principal destas, a pintura do teto e das paredes é mais ou menos igual, umas grinaldas de flores miúdas e grandes pássaros que as tomam nos bicos, de espaço a espaço. Nos quatro cantos do teto as figuras das estações, e ao centro das paredes os medalhões de César, Augusto, Nero e Massinissa, com os nomes por baixo...”

Sobre a estratégia descritiva empregada nesse texto, é correto afirmar que:

- (A) a descrição é feita de cima para baixo, com inicial apreciação visual das partes superiores e, em seguida, das inferiores;
- (B) o movimento descritivo parte do aspecto interior da casa para a visão do seu exterior;
- (C) a descrição inclui aspectos que implicitamente mostram a situação econômica do narrador e o gosto estético da família;
- (D) o texto é construído com riqueza de detalhes e identificação objetiva de todos os elementos descritos;
- (E) os elementos descritos no texto são frutos de impressões tácteis do narrador.

8

Millôr Fernandes escreveu um livro que mostra humoristicamente uma série de composições infantis, entre elas a que vai a seguir:

“A galinha é um bicho com seis lados: esquerdo, direito, em cima, embaixo, atrás e na frente. Está sempre limpando os pés como a mamãe manda que a gente faça quando entra em casa e a gente não faz. Tem um bico que serve para bicar e um cacarejo que serve para dizer que ela botou ovo. Quando ela não cacareja, então fica resmungando baixinho feito vovó. Quando a cozinheira vai matar ela, a gente morre de pena, mas na hora do almoço ela fica tão gostosa que a gente nem se lembra”.

O observador, que realiza uma descrição, não descreve tudo o que vê por causa de suas limitações; a limitação do observador do texto acima é proveniente:

- (A) das condições físicas do local onde está o animal descrito;
- (B) do próprio referente, pois uma galinha é um tipo de ave não muito conhecido pelos humanos;
- (C) de caráter psicológico, pois, por algum motivo interior, não chega a ver o animal como ele é de fato;
- (D) de seu posicionamento, pois onde se posiciona não consegue ver detalhes do animal descrito;
- (E) de conhecimento, pois, sendo criança, não conhece tudo sobre o tema.

9

Em todas as opções abaixo há descrições de uma pequena cidade; a descrição que tem a finalidade de identificar ou localizar a cidade descrita, é:

- (A) a cidade X mostra muitas igrejas antigas, do tempo colonial, com pinturas e esculturas de valor;
- (B) as ruas da cidade X estão quase sempre floridas e muitas delas reservadas a pedestres, sempre limpas e claras;
- (C) a cidade X, por estar ao pé da Serra da Mantiqueira, tem estações bem-marcadas, com inverno e verão rigorosos;
- (D) a população da cidade X se caracteriza por sua permanente solidariedade e atitudes afetivas em relação aos visitantes;
- (E) o espaço ocupado pela cidade X mostra condomínios de luxo e paisagens dignas de quadros.

10

Num romance autobiográfico, o narrador escreve:

“O subúrbio onde morávamos era bem populoso e meu pai ganhava bom dinheiro com a padaria que ali havia estabelecido; minha mãe ficava só e cuidava da casa e dos filhos com rigor extremado, só nos deixando sair da casa assobradada que servia de residência para locais onde nos pudesse ver. Diante da casa havia uma enorme praça, local de futebol para crianças e adultos e na esquina à esquerda ficava a biblioteca escolar, espaço de magia, onde minha imaginação delirava”.

Sobre esse segmento do romance, é correto afirmar que:

- (A) o personagem narrador não se inclui entre os personagens da narrativa, sendo apenas observador dos fatos;
- (B) apesar de estar inserido num romance, o segmento destacado é integralmente descritivo;
- (C) o narrador constrói seu universo romanesco com personagens da família e da população local;
- (D) o trecho mostra um espaço familiar de paz e de tranquilidade, propício ao pleno desenvolvimento psicológico;
- (E) os aspectos representados no texto mostram a parcialidade da visão familiar por parte de um filho único.

11

A frase publicitária abaixo que mostra paralelismo sintático, é:

- (A) Nada comparável ao novo Renault Stepway. Nada.
- (B) Novo Yoki com frutas. Beijos de frutas.
- (C) Brastemp economiza mais. Brastemp demora menos. Brastemp assa melhor.
- (D) Um televisor para olhar e admirar. Um televisor simplesmente admirável.
- (E) Venha ao Zona Sul. Sairá ganhando.

12

Em um documento para motoristas que se preparavam para uma longa viagem pela estrada, destacavam-se os seguintes pontos:

- Revise as partes vitais de seu veículo.
- Use sempre o cinto de segurança.
- Respeite os limites de velocidade.
- Mantenha distância do carro da frente.

Esse tipo de texto se enquadra entre os textos:

- (A) injuntivos;
- (B) injuntivo-argumentativos;
- (C) narrativos;
- (D) descritivo-narrativos;
- (E) argumentativos.

13

John Ruskin, crítico de arte britânico, declarou o seguinte:

“Nós deveremos ser lembrados na história como a mais cruel, e, portanto, a menos sábia, geração de homens que jamais agitou a Terra: a mais cruel em proporção à sua sensibilidade, a menos sábia em proporção à sua ciência. Nenhum povo, entendendo a dor, tanto a infligiu; nenhum povo, entendendo os fatos, tampouco agiu com base neles”. (adaptado)

Sobre os componentes desse segmento textual, é correto afirmar que:

- (A) o termo “nós”, no início do texto, compreende o autor e o leitor do texto;
- (B) o termo “sábia” deveria ser substituído por “bondosa” para tornar o texto mais coerente;
- (C) a forma verbal “infringiu” deveria ser substituída pela forma “infringiu”;
- (D) o termo “tampouco” deveria ser corretamente modificado para “tão pouco”;
- (E) o termo “neles”, ao final do texto, se refere coesivamente a “povos”, que engloba os povos citados.

14

Um candidato a um concurso público devia escrever um texto argumentativo, defendendo a preferência pela vida nas grandes cidades pelos cidadãos comuns; entre os argumentos abaixo, aquele a que deve ser atribuída a maior importância, é:

- (A) as grandes cidades permitem reencontros, ao acaso, nas ruas, nos bares ou nos cinemas;
- (B) uma cidade grande é o espaço do progresso social e profissional, onde mais facilmente se encontra um posto de trabalho;
- (C) uma grande cidade tem espaço muito atraente, o mesmo que tem sido celebrado por grandes artistas;
- (D) a vida na grande cidade permite, graças aos espaços verdes e aos animais domésticos, o aprofundamento no mundo natural;
- (E) uma grande cidade é dinâmica e estimulante, possibilitando o acesso a todos os itens da modernidade.

15

A frase em que os termos destacados podem ser compreendidos com um só significado, sem possibilidade de polissemia ou ambiguidade, é:

- (A) Estes dois livros custaram vinte reais;
- (B) Marcos é como um filho meu;
- (C) Anunciaram a criação do novo ministério;
- (D) A viagem para a Europa é muito cara;
- (E) Fátima cuida hoje ainda de sua mãe.

16

Em todas as frases abaixo ocorre o emprego do verbo *haver*; a frase em que esse verbo foi substituído por outro de sentido equivalente, de forma adequada, é:

- (A) Sobre o banco havia três meninas, próximas umas das outras / aboletavam-se;
- (B) Houve um acidente grave na porta do supermercado / Transcorreu;
- (C) No dia seguinte, havia ainda cinzas na lareira / acomodavam-se;
- (D) Em quinze dias haverá uma nova churrascaria no bairro / será erguida;
- (E) Há um ninho no galho mais alto da jaqueira / Instalou-se.

17

Em todas as frases abaixo há a presença do verbo *dizer*; a frase em que esse verbo foi substituído de forma apropriada, é:

- (A) Depois de algumas hesitações, ele acabou por dizer a verdade / anunciar;
- (B) Eu vou te dizer um segredo, mas não espalhe / declarar;
- (C) Ele disse esse poema de Gonçalves Dias com muita sensibilidade / discursou;
- (D) Diga-me quando você quer vir para cá / Explique-me;
- (E) Finalmente ele disse a origem de sua fortuna / explicou.

18

Em todas as frases abaixo há termos que estabelecem relações de coesão com termos anteriores; a frase que estabelece essa coesão com um termo que pertence a uma classe gramatical diferente das demais, é:

- (A) O deputado e o senador viajaram juntos, mas os dois voltaram após três dias;
- (B) Adquiriu vários livros; o primeiro, um romance policial;
- (C) O ônibus aproximou-se, mas o veículo não parou;
- (D) Fiz cinco redações, mas meu primo fez o dobro;
- (E) Trouxe vinte bananas e minha filha comeu um terço.

19

Observe a seguinte frase: “Se você vai viajar para a Itália, não esqueça de visitar o Coliseu”; para que essa frase tenha sentido, sua coerência está ligada ao seguinte fator:

- (A) conhecimento do vocabulário empregado;
- (B) conhecimento partilhado entre emissor e receptor;
- (C) inferências possíveis da frase;
- (D) intertextualidade com outro texto famoso;
- (E) ausência de polissemia ou ambiguidade.

20

Todos os segmentos textuais abaixo apresentam um fragmento descritivo que foi anteriormente “preparado” por outro segmento; a opção em que essa preparação está ausente, é:

- (A) Olhou para a foto do avô na parede e se deu conta de que tinha o nariz adunco idêntico ao dele;
- (B) Aproximou-se da janela e conseguiu ver as árvores frutíferas que se espalhavam por todo o terreno;
- (C) Puxou o binóculo e conseguiu acompanhar a corrida dos cavalos que estava do outro lado da pista;
- (D) Sentou-se no penúltimo banco do ônibus e começou a conversar com a mulher que estava ao lado;
- (E) Curioso, colocou o olho no buraco da fechadura e pôde ver o interior elegante do quarto.

Legislação Específica

21

Antônia, servidora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, foi incumbida de realizar um diagnóstico a respeito dos cargos em comissão disponíveis e daqueles que se mostravam necessários no âmbito do Tribunal.

Em razão da existência de alguns cargos em comissão vagos, com determinada simbologia, e da necessidade de cargos em comissão com simbologia diversa, Antônia concluiu, corretamente, que o Tribunal de Justiça:

- (A) por seu presidente, está autorizado a transformar um cargo em comissão em outro, sem aumento de despesa, sendo vedada a presença de saldo residual, considerando a remuneração atribuída a um e outro;
- (B) por seu órgão plenário, está autorizado a transformar um cargo em comissão em outro, sem aumento de despesa, ainda que haja saldo residual, considerando a remuneração atribuída a um e outro;
- (C) por seu órgão plenário, está autorizado a transformar um cargo em comissão em outro, exigindo-se anterior previsão orçamentária se houver aumento de despesa, sendo vedada a presença de saldo residual, considerando a remuneração atribuída a um e outro;
- (D) por seu órgão plenário, pode apresentar projeto de lei ao Poder Legislativo, solicitando a transformação de um cargo em comissão em outro, ainda que haja aumento de despesa ou saldo residual, considerando a remuneração atribuída a um e outro;
- (E) por seu Conselho da Magistratura, pode apresentar projeto de lei ao Poder Legislativo, solicitando a transformação de um cargo em comissão em outro, sendo permitida a utilização do saldo residual, considerando a remuneração atribuída a um e outro, para se criar outro cargo.

22

João, ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, foi incumbido, por seu superior hierárquico, de tramitar determinado expediente administrativo para o órgão competente, que deveria apreciar, após o parecer da unidade competente, a proposta relativa ao planejamento da divisão e organização judiciárias.

O referido órgão é o(a):

- (A) Presidência do Tribunal de Justiça;
- (B) Corregedoria-Geral de Justiça;
- (C) Pleno do Tribunal de Justiça;
- (D) Conselho da Magistratura;
- (E) Ouvidoria de Justiça.

23

João, devidamente representado por advogado, interpôs determinado recurso a ser julgado pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte. Algum tempo depois, tomou conhecimento de que, conforme publicação realizada, lhe fora aplicada a pena de deserção.

A aplicação da referida pena indica que:

- (A) não foi realizado o preparo do recurso;
- (B) a parte contrária não foi encontrada para ser intimada;
- (C) o recurso foi conhecido, mas foi-lhe negado provimento;
- (D) o advogado ingressou com o pedido de desistência do recurso;
- (E) o recurso não foi conhecido por ter sido interposto de forma intempestiva.

24

Ana, recém-empossada em cargo de provimento efetivo no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, foi lotada em determinado órgão fracionário desse Tribunal.

Na ocasião, foi informada por seu superior hierárquico de que deveria atuar nos processos que exigissem a atuação de revisor, o que significa dizer, em consonância com o Regimento Interno do Tribunal, que isto ocorrerá, entre outras situações:

- (A) em todas as apelações cíveis e criminais;
- (B) nos embargos infringentes cíveis;
- (C) em todas as apelações criminais;
- (D) nos mandados de segurança;
- (E) nas revisões criminais.

25

Pedro passou a ocupar um cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte, tendo sido informado, pelo setor competente, de que seria designado para atuar em certa “unidade judiciária”.

Ao analisar a Lei que regula a divisão e a organização judiciárias no Estado, Pedro concluiu, corretamente, que a referida expressão:

- (A) deve ser compreendida como sinônimo de comarca;
- (B) apresenta sobreposição com a área territorial do Município;
- (C) abrange um termo, que se expressa em uma ou mais Comarcas;
- (D) se identifica com o distrito, que reflete uma porção territorial da Comarca;
- (E) é abrangida pela Comarca, que pode conter uma ou mais unidades judiciárias.

26

Maria, juíza de Direito, foi nomeada coordenadora de área do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte. Sua assessora, buscando antecipar as atividades que seriam desempenhadas, chegou à conclusão de que Maria deveria, entre outras atividades: (1) conceder licença e férias aos servidores da justiça; (2) instaurar sindicância e processos administrativos para fins disciplinares, impondo aos servidores as penalidades cabíveis, na forma da lei; e (3) elaborar sugestões para o aprimoramento da estrutura do Poder Judiciário na sua respectiva área de competência.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela Lei Complementar Estadual nº 643/2018, em relação às conclusões da assessora de Maria, estão corretas:

- (A) somente 1;
- (B) somente 3;
- (C) somente 1 e 2;
- (D) somente 2 e 3;
- (E) 1, 2 e 3.

27

Joana, advogada, questionou Ana, sua colega e também advogada, a respeito da relevância do conceito de “mesorregião geográfica” para o Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte.

À luz da Lei Complementar Estadual nº 643/2018, Ana respondeu, corretamente, que o referido conceito:

- (A) coexiste com o de macrorregião, mas dele se distingue na medida em que absorve os menores Municípios do Estado;
- (B) expressa a circunscrição territorial que compõe a jurisdição comum de primeiro grau;
- (C) se identifica com a região metropolitana reconhecida em lei complementar;
- (D) limita a uma o número de Comarcas de entrância final que pode absorver;
- (E) aponta para o Município que seja sede da Comarca.

28

Maria foi investida em cargo de provimento efetivo do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte. Ainda no curso do estágio probatório, o presidente do Tribunal de Justiça recebeu, do presidente de outra estrutura estatal de poder, a solicitação de que Maria fosse cedida.

À luz da sistemática estabelecida no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte, é correto afirmar que Maria:

- (A) não pode ser cedida em hipótese alguma;
- (B) somente pode ser cedida caso tenha ultrapassado a metade do período de estágio probatório;
- (C) não pode ser cedida, exceto nos casos de ocupação de função de confiança ou cargo de provimento em comissão, ou com atribuições equivalentes;
- (D) somente pode ser cedida caso assine termo de compromisso no sentido de que cumprirá o período de estágio probatório que sobejava no momento da cessão;
- (E) pode ser cedida livremente, caso esteja presente o interesse público, tanto na perspectiva do cedente como na do cessionário, e haja a aquiescência de Maria.

29

Joana, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte, se encontrava em uma referência remuneratória e era regida por uma tabela antiga, mas foi alocada para uma nova tabela salarial atualizada, sendo respeitado o mesmo padrão de progressão funcional correspondente ao cargo.

A ação de alocação de Joana, descrita na narrativa, caracteriza a:

- (A) promoção remuneratória;
- (B) ascendência funcional;
- (C) transposição;
- (D) readaptação;
- (E) migração.

30

O prefeito do Município Alfa ajuizou ação direta de inconstitucionalidade (ADI), tendo por objeto a Lei municipal nº XX, a qual, a seu ver, seria dissonante da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte. A ação, conforme sua avaliação, deveria ser julgada pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.

Considerando a disciplina estabelecida no Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, é correto afirmar que a narrativa acima:

- (A) não se apresenta dissonante das normas regimentais;
- (B) se apresenta dissonante das normas regimentais apenas em relação à possibilidade de o prefeito municipal ajuizar a ADI;
- (C) se apresenta dissonante das normas regimentais apenas em relação à possibilidade de a ADI ter por objeto uma lei municipal;
- (D) se apresenta dissonante das normas regimentais apenas em relação à indicação do Pleno como órgão competente para julgar a ADI;
- (E) se apresenta dissonante das normas regimentais apenas em relação à possibilidade de o prefeito municipal ajuizar a ADI e dessa ação ter por objeto uma lei municipal.

Conhecimentos Específicos

31

Ao ter negada a obtenção de um empréstimo bancário em razão de, alegadamente, ter pendências fiscais com o Município Alfa, Maria compareceu à repartição competente e solicitou uma certidão de inteiro teor das informações concernentes à sua pessoa. O requerimento, no entanto, foi negado de maneira arbitrária e ilegal, sob o argumento de que as informações eram sigilosas, o que foi confirmado pelas instâncias superiores, após a interposição dos recursos administrativos cabíveis.

Em situações dessa natureza, a ação constitucional passível de ser ajuizada por Maria, preenchidos os requisitos exigidos, é o(a):

- (A) habeas data;
- (B) direito de petição;
- (C) mandado de injunção;
- (D) mandado de segurança;
- (E) reclamação constitucional.

32

O Partido Político XX iniciou um grande movimento no Município Beta visando ao desmembramento de sua região norte, com a consequente criação do Município Delta.

Instado a se manifestar, um dos líderes partidários afirmou corretamente que, em situações dessa natureza, entre outros requisitos a serem preenchidos, a criação de Delta pressupõe a edição de normas, pelo Poder Legislativo:

- (A) nos planos federal, estadual e municipal;
- (B) apenas nos planos federal e municipal;
- (C) apenas nos planos federal e estadual;
- (D) apenas no plano municipal;
- (E) apenas no plano estadual.

33

Joana, prefeita do Município Alfa, após reunião com os secretários municipais, decidiu que o Município necessitava de uma empresa pública para a prestação de serviços de indiscutível relevância para a população.

Ao consultar a Procuradoria-Geral do Município a respeito da forma de se criar uma empresa pública, mais especificamente sobre ser necessária, ou não, a edição de lei, foi-lhe corretamente informado que a:

- (A) criação é feita por lei específica;
- (B) instituição é autorizada por lei específica;
- (C) criação é feita por escritura pública, não dependendo de lei;
- (D) criação é feita por decreto do Poder Executivo, não dependendo de lei;
- (E) instituição é feita por lei, com posterior edição do decreto específico de criação.

34

João, deputado estadual na Assembleia Legislativa do Estado Alfa, pretendia realizar uma aliança com outros deputados estaduais, de modo a apresentar um projeto disciplinando as competências do Tribunal de Justiça do respectivo Estado.

Ao consultar sua assessoria a respeito do âmbito normativo em que essa matéria deve ser disciplinada, foi-lhe corretamente informado que isto deve ocorrer no(a):

- (A) lei ordinária estadual;
- (B) Constituição Estadual;
- (C) lei complementar estadual;
- (D) lei de divisão e organização judiciária;
- (E) regimento interno do Tribunal de Justiça de Alfa.

35

Em razão de uma grave crise financeira, a continuidade dos serviços públicos a cargo do Estado Alfa foi seriamente comprometida, daí decorrendo o ajuizamento de inúmeras demandas, especialmente pelo Ministério Público do Estado Alfa. Com o objetivo de evitar o crescimento das demandas, o secretário de Estado de Fazenda sugeriu ao governador do Estado que determinasse ao procurador-geral de Justiça a elaboração de um parecer, no qual seria analisada de maneira detalhada a situação do Estado e os pontos de tensão existentes em relação ao entendimento do Ministério Público.

A sugestão do secretário de Estado de Fazenda mostra-se:

- (A) constitucional, considerando que compete exclusivamente ao governador do Estado, conforme o seu juízo de conveniência e oportunidade, decidir em que situações o procurador-geral de Justiça deve apresentar pareceres;
- (B) constitucional, considerando que, entre as atividades finalísticas do Ministério Público, está a de responder às perguntas que lhe forem formuladas pelas estruturas estatais de poder;
- (C) inconstitucional, considerando que toda a atuação do Ministério Público, por imposição da ordem constitucional, deve se desenvolver no plano judicial, não no extrajudicial;
- (D) constitucional, pois a manifestação do procurador-geral de Justiça terá potencial para reduzir a litigiosidade, com a consequente redução do número de processos judiciais;
- (E) inconstitucional, considerando ser vedado ao Ministério Público o desenvolvimento de atividade da natureza daquela descrita no enunciado.

36

João, agente público de direito, ao fiscalizar o estabelecimento comercial XYZ, verifica que as normas técnicas de segurança e salubridade não estão sendo observadas. João, então, autua a pessoa jurídica e aplica uma multa, fixando o prazo de trinta dias para que as vicissitudes encontradas sejam sanadas. Após o transcurso do lapso temporal fixado, o agente público realiza nova inspeção no local, constatando que as mazelas ainda se fazem presentes e que há risco concreto aos frequentadores. João conclui, assim, que a medida adequada é a interdição do estabelecimento.

Nesse cenário e considerando os atributos dos atos administrativos, é correto afirmar que, havendo previsão legal, a Administração Pública, por si só:

- (A) não pode interditar o estabelecimento comercial XYZ, dependendo da atuação do Poder Judiciário. Poderá, por outro lado, aplicar medidas menos gravosas para sanar os vícios existentes no local;
- (B) não pode interditar o estabelecimento comercial XYZ, dependendo da atuação do Poder Judiciário, considerando que os atos administrativos, apesar de coercitivos, não são autoexecutórios;
- (C) pode interditar o estabelecimento comercial XYZ, independentemente da atuação do Poder Judiciário, com base na autoexecutoriedade dos atos administrativos;
- (D) pode interditar o estabelecimento comercial XYZ, independentemente da atuação do Poder Judiciário, com base na coercibilidade dos atos administrativos;
- (E) pode interditar o estabelecimento comercial XYZ, independentemente da atuação do Poder Judiciário, com base na exigibilidade dos atos administrativos.

37

O diminuto Município Alfa possui dez secretarias, uma autarquia, uma fundação estatal de direito público e uma empresa pública.

Nesse cenário, considerando o tema da organização administrativa, é correto afirmar que:

- (A) as secretarias e a fundação estatal de direito público fazem parte da Administração Pública direta, fruto da técnica da desconcentração administrativa. A autarquia integra a Administração Pública indireta, fruto da técnica da descentralização administrativa. A empresa pública é pessoa jurídica de direito privado, não estando englobada pela Administração Pública direta ou indireta;
- (B) as secretarias fazem parte da Administração Pública direta, fruto da técnica da descentralização administrativa. A autarquia, a fundação estatal de direito público e a empresa pública integram a Administração Pública Indireta, fruto da técnica da desconcentração administrativa;
- (C) as secretarias e a fundação estatal de direito público fazem parte da Administração Pública direta, fruto da técnica da desconcentração administrativa. A autarquia e a empresa pública integram a Administração Pública indireta, fruto da técnica da descentralização administrativa;
- (D) as secretarias e a fundação estatal de direito público fazem parte da Administração Pública direta, fruto da técnica da descentralização administrativa. A autarquia e a empresa pública integram a Administração Pública indireta, fruto da técnica da desconcentração administrativa;
- (E) as secretarias fazem parte da Administração Pública direta, fruto da técnica da desconcentração administrativa. A autarquia, a fundação estatal de direito público e a empresa pública integram a Administração Pública indireta, fruto da técnica da descentralização administrativa.

38

O Estado do Rio Grande do Norte, após o adequado processo licitatório, celebra contrato administrativo com a sociedade empresária XYZ. No curso da avença, a contratada descumpe cláusulas contratuais. Com efeito, o Estado contratante, após a observância do contraditório e da ampla defesa, aplica à contratada sanções previstas no pacto administrativo.

Nesse cenário, é correto afirmar que há a manifestação do poder:

- (A) hierárquico;
- (B) normativo;
- (C) disciplinar;
- (D) vinculado;
- (E) de polícia.

39

João, agente público, em abril de 2023, concorreu, culposamente, para que uma pessoa jurídica de direito privado utilizasse bens pertencentes ao Estado do Rio Grande do Norte, sem a observância das formalidades legais.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que João:

- (A) não poderá ser responsabilizado pela prática de ato de improbidade administrativa, mas deverá ressarcir os danos causados ao erário, à luz da responsabilidade civil objetiva;
- (B) poderá ser responsabilizado pela prática de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública;
- (C) poderá ser responsabilizado pela prática de ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito;
- (D) poderá ser responsabilizado pela prática de ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário;
- (E) não poderá ser responsabilizado pela prática de ato de improbidade administrativa.

40

O Estado do Rio Grande do Norte, buscando regulamentar temáticas de interesse regional, editou o ato administrativo XYZ, de natureza discricionária, e o ato administrativo ABC, de natureza vinculada. Um particular, prejudicado, resolveu impugnar os dois atos administrativos, ingressando com uma demanda no seio do Poder Judiciário.

O juiz, ao analisar o caso concreto, verificou que o ato administrativo XYZ é válido e que o ato administrativo ABC é inválido.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que o juiz:

- (A) não poderá revogar o ato administrativo XYZ, sob pena de imiscuir-se nas atribuições da Administração Pública, tampouco poderá anular o ato administrativo ABC, considerando o seu caráter vinculado;
- (B) poderá revogar o ato administrativo XYZ, prestigiando o controle judicial sobre a Administração Pública. Não poderá, por outro lado, anular o ato administrativo ABC, considerando o seu caráter vinculado;
- (C) não poderá revogar o ato administrativo XYZ, sob pena de imiscuir-se nas atribuições da Administração Pública. Poderá, por outro lado, revogar o ato administrativo ABC, considerando o seu caráter ilegal;
- (D) não poderá revogar o ato administrativo XYZ, sob pena de imiscuir-se nas atribuições da Administração Pública. Poderá, por outro lado, anular o ato administrativo ABC, considerando o seu caráter ilegal;
- (E) poderá revogar o ato administrativo XYZ, prestigiando o controle judicial sobre a Administração Pública. Poderá, ainda, revogar o ato administrativo ABC, considerando o seu caráter ilegal.

41

Paul, inglês, era casado com Maria, brasileira. Viviam em Londres e resolveram vir ao Brasil para comprar uma casa em Natal, que seria destinada a aluguel de temporada.

Infelizmente, logo em seguida à finalização da compra, Paul sofre um mal súbito e falece. Maria, única herdeira dos imóveis deixados em Londres e em Natal, retorna, em definitivo, para a sua terra natal.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- (A) a sucessão será regida pelas leis brasileiras, considerando que o óbito ocorreu em Natal e que a única herdeira aqui assentou domicílio;
- (B) a sucessão será regida pelas leis inglesas, inclusive quanto aos imóveis existentes no Brasil, mesmo que a lei nacional seja mais favorável a Maria;
- (C) a capacidade para suceder (isto é, para ser herdeiro) é regulada pela lei do país onde o defunto tinha domicílio;
- (D) a sucessão será regida pelas leis brasileiras, exceto no que diz respeito ao imóvel situado em Londres, que deve observar as leis inglesas;
- (E) a sucessão será regida pelas leis inglesas, inclusive quanto aos imóveis existentes no Brasil, salvo se a lei nacional for mais favorável a Maria.

42

Angelina deseja propor uma ação em face de Márcio, seu ex-marido, para a qual a lei prevê a competência do local de domicílio do réu.

Márcio reside em Natal durante a semana. Tem uma casa de praia em Baía Formosa, para onde vai todos os finais de semana, e um sítio em Monte Alegre, onde só passa as férias.

Nesse caso, a ação poderá ser proposta em:

- (A) Natal, somente;
- (B) Baía Formosa, somente;
- (C) Monte Alegre, somente;
- (D) Natal e Baía Formosa, somente;
- (E) Natal, Baía Formosa e Monte Alegre.

43

Carina é técnica judiciária e, em seu trabalho, se depara com uma demanda em que se questiona a existência e a validade da criação de determinada fundação.

Para certificar adequadamente quanto à regularidade do processo, Carina deverá observar que:

- (A) a fundação, por se tratar de mera dotação especial de bens livres, não tem personalidade jurídica própria;
- (B) o ato constitutivo da fundação pode ser testamento, escritura pública ou contrato particular, desde que escrito;
- (C) se seu objeto se tornar impossível durante o processo, ela deverá ser dissolvida e seu patrimônio revertido ao instituidor, se ainda vivo;
- (D) eventuais alterações no estatuto da fundação deverão ser propostas pelo Ministério Público e aprovadas pela maioria simples daqueles incumbidos de gerir e representá-la;
- (E) cumpre ao Ministério Público do Rio Grande do Norte velar pelas fundações situadas nesse Estado, inclusive elaborando o estatuto se a pessoa designada pelo instituidor não o fizer no prazo ou, não havendo prazo, em cento e oitenta dias.

44

A lei de custas de determinado Tribunal prevê que a taxa judiciária para ações que se referirem a bens móveis será de 2% e as que versarem sobre disputas de bens imóveis será de 1%.

Suponha que foram propostas três ações: a primeira acerca de desvio de energia elétrica, a segunda requerendo a sucessão aberta por alguém falecido e a terceira sobre a venda de três cabeças de gado.

Nesse caso, a taxa judiciária será, respectivamente, de:

- (A) 2% para a primeira; 1% para a segunda; e 2% para a terceira;
- (B) 1% para a primeira; 2% para a segunda; e 1% para a terceira;
- (C) 1% para a primeira; 1% para a segunda; e 1% para a terceira;
- (D) 1% para a primeira; 1% para a segunda; e 2% para a terceira;
- (E) 2% para a primeira; 2% para a segunda; e 2% para a terceira.

45

Sinfrônio é proprietário de um imóvel em Mossoró, tem um crédito a receber de Sanfrônia em outubro de 2023 e uma dívida com o Banco Dinheiro Certo S/A.

É correto afirmar que seu patrimônio engloba:

- (A) o imóvel, o crédito e o débito;
- (B) o imóvel e o crédito, apenas;
- (C) o imóvel, apenas;
- (D) o crédito, apenas;
- (E) o crédito e o débito, apenas.

46

Em processo da competência originária do tribunal, o desembargador a quem coube a sua relatoria indeferiu o requerimento de tutela provisória de urgência formulado na petição inicial. Para tanto, invocou o magistrado um posicionamento manifestamente contrário a dispositivo de lei federal.

No que se refere a esse provimento monocrático, é correto afirmar que é:

- (A) irrecorrível, podendo o interessado se valer do mandado de segurança para impugná-lo;
- (B) impugnável pelo recurso de agravo de instrumento;
- (C) impugnável pelo recurso de agravo interno;
- (D) impugnável pelo recurso especial;
- (E) impugnável pelo recurso extraordinário.

47

Caio, adolescente de 15 anos de idade, devidamente representado por seu pai, ajuizou ação em que pleiteava a condenação de Tício a lhe pagar verba reparatória de danos morais.

O autor deduziu a sua pretensão assistido pelo órgão da Defensoria Pública e requereu a concessão do benefício da gratuidade de justiça, o qual foi deferido pelo juiz.

Concluída a instrução probatória, e ofertada a promoção conclusiva do Ministério Público, que intervinha no feito em razão da incapacidade do autor, o juiz proferiu sentença em que julgava improcedente o pleito indenizatório.

O defensor público protocolizou recurso de apelação trinta dias úteis depois de sua intimação pessoal, havendo o Ministério Público adotado igual iniciativa, embora tenha interposto o seu recurso de apelação vinte dias úteis depois de sua intimação pessoal. Ambas as peças recursais foram devidamente fundamentadas.

Nesse contexto, é correto afirmar que:

- (A) nenhum dos dois recursos de apelação deve ser conhecido, diante da intempestividade de um e outro;
- (B) ambos os recursos de apelação devem ser conhecidos, por cumpridos os respectivos requisitos de admissibilidade;
- (C) o recurso de apelação do Ministério Público deve ser conhecido, mas não o da Defensoria Pública, por intempestivo;
- (D) o recurso de apelação da Defensoria Pública deve ser conhecido, mas não o do Ministério Público, por intempestivo;
- (E) o recurso de apelação da Defensoria Pública deve ser conhecido, mas não o do Ministério Público, por lhe faltar legitimidade recursal.

48

Ao apreciar uma petição inicial, o juiz verificou que o autor não havia feito nenhuma referência à norma jurídica aplicável àquele caso.

Tendo o magistrado, então, determinado a intimação do demandante para apresentar peça de emenda, quedou-se ele inerte, a que se seguiu, então, o indeferimento da inicial.

No que concerne ao último pronunciamento judicial, é correto afirmar que está:

- (A) equivocado, sendo a via cabível para impugná-lo o recurso de apelação, que comporta juízo de retratação;
- (B) equivocado, sendo a via cabível para impugná-lo o recurso de apelação, que não comporta juízo de retratação;
- (C) correto, sendo a via cabível para impugná-lo o recurso de apelação, que comporta juízo de retratação;
- (D) correto, sendo a via cabível para impugná-lo o recurso de apelação, que não comporta juízo de retratação;
- (E) equivocado, sendo a via cabível para impugná-lo o recurso de agravo de instrumento, que comporta juízo de retratação.

49

Recebendo uma petição inicial, em que o pedido do autor consiste em um reajuste salarial já considerado indevido, por força de enunciado de súmula do tribunal de justiça, e sabendo-se que a questão é exclusivamente de direito, deverá o juiz:

- (A) dar prosseguimento ao processo, intimando as partes em provas;
- (B) dar prosseguimento ao processo, procedendo ao juízo de admissibilidade da demanda;
- (C) julgar extinto o processo, sem resolução do mérito;
- (D) julgar liminarmente improcedente o pedido, independentemente da citação do réu;
- (E) julgar procedente o pedido, sem a citação do réu, se entender que o reajuste é devido.

50

Um servidor público foi intimado a dar andamento ao feito instaurado em razão de ação que ajuizara em face do Município pleiteando verbas remuneratórias. Transcorrido o prazo fixado pelo juiz, sem qualquer manifestação, o processo foi extinto sem resolução do mérito.

Resolvendo propor novamente a ação, reiterando o pedido, agora em litisconsórcio ativo com outros servidores, o autor deverá:

- (A) distribuir a causa por dependência ao juízo que julgou seu processo primitivo;
- (B) distribuir livremente a causa, tendo em vista que há outros autores;
- (C) desarquivar o processo originário e requerer o aditamento subjetivo da demanda;
- (D) desarquivar o processo originário e requerer o aditamento objetivo da demanda;
- (E) desarquivar o processo originário e requerer o apensamento dos processos.

51

João caminhava pelo bairro de sua residência, ocasião em que visualizou um vizinho de longa data sendo vítima de roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo. Ato contínuo, João correu em direção ao autor do fato, desferindo um soco em seu rosto. O acusado caiu ao solo e logrou se evadir.

Considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que João:

- (A) responderá pelo delito perpetrado, considerando que a legítima defesa de terceiros, causa dirimente, pressupõe o prévio pedido da parte interessada;
- (B) responderá pelo delito perpetrado, considerando que inexistente legítima defesa de terceiros, mas apenas legítima defesa própria, causa dirimente;
- (C) atuou sob o manto da inexigibilidade de conduta diversa, causa dirimente;
- (D) atuou sob o manto da legítima defesa de terceiros, causa de justificação;
- (E) atuou sob o manto do estado de necessidade, causa de justificação.

52

João, brasileiro nato, cometeu um crime de homicídio nos Estados Unidos da América, tendo logrado se evadir para a Holanda.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, para que João responda, no Brasil, pelo crime perpetrado, será necessário que ele:

- (A) entre no território nacional ou tenha representante legal constituído; que o fato também seja punível nos Estados Unidos da América; que o crime perpetrado esteja incluído entre aqueles que a lei brasileira autoriza a extradição; não ter João cumprido pena no estrangeiro; e não estar extinta a punibilidade, segundo a lei brasileira. Registre-se que, em caso de absolvição no exterior, a jurisdição brasileira não estará vinculada, em razão da soberania do Brasil;
- (B) entre no território nacional ou tenha representante legal constituído; que o fato também seja punível nos Estados Unidos da América; que o crime perpetrado esteja incluído entre aqueles que a lei brasileira autoriza a extradição; não ter sido João absolvido ou cumprido pena no estrangeiro; não ter sido João perdoado no estrangeiro; e não estar extinta a punibilidade, segundo a lei brasileira;
- (C) entre no território nacional; que o fato também seja punível nos Estados Unidos da América; que o crime perpetrado esteja incluído entre aqueles que a lei brasileira autoriza a extradição; não ter sido João absolvido ou cumprido pena no estrangeiro; não ter sido João perdoado no estrangeiro; e não estar extinta a punibilidade, segundo a lei mais favorável;
- (D) entre no território nacional; que o fato também seja punível nos Estados Unidos da América; não ter sido João absolvido ou cumprido pena no estrangeiro; não ter sido João perdoado no estrangeiro; não estar extinta a punibilidade, segundo a lei mais favorável; e que, pedida a extradição, esta tenha sido negada pelas autoridades brasileiras competentes;
- (E) entre no território nacional; que o fato também seja punível nos Estados Unidos da América; que o crime perpetrado esteja incluído entre aqueles que a lei brasileira autoriza a extradição; não ter sido João absolvido ou cumprido pena no estrangeiro; não ter sido João perdoado no estrangeiro; e não estar extinta a punibilidade, segundo a lei brasileira.

53

João conduzia o seu veículo automotor, ocasião em que foi parado por uma blitz da Polícia Militar. Após analisar a documentação do condutor, o policial Caio exigiu, para si, R\$ 2.000,00 para liberar o automóvel.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, Caio responderá pelo crime de:

- (A) excesso de exação;
- (B) corrupção passiva;
- (C) corrupção ativa;
- (D) concussão;
- (E) peculato.

54

Joana, às 02 horas e 30 minutos, dirigia o seu veículo automotor pela via de rolamento, ocasião em que foi abordada por Tício, o qual, empregando uma faca, obrigou-a a pular para o banco do carona. Ato contínuo, Tício assumiu a condução do automóvel e encaminhou a vítima à agência bancária mais próxima, para que esta efetuasse o saque de valores pecuniários. A vítima, amedrontada, obedeceu às ordens de Tício, o qual se apossou de R\$ 1.000,00, após a ofendida inserir o seu cartão e a senha na caixa eletrônico.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Tício responderá pelo crime de:

- (A) extorsão qualificada, pela restrição da liberdade da vítima, condição necessária para a obtenção da vantagem econômica, e majorado pelo emprego de arma;
- (B) roubo qualificado, pela restrição da liberdade da vítima, condição necessária para a obtenção da vantagem econômica, e majorado pelo emprego de arma;
- (C) roubo duplamente majorado, pelo emprego de arma e pela restrição da liberdade da vítima, condição necessária para a obtenção da vantagem econômica;
- (D) extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima, condição necessária para a obtenção da vantagem econômica;
- (E) roubo majorado pela restrição da liberdade da vítima, condição necessária para a obtenção da vantagem econômica.

55

No dia 30 de março de 2023, em Natal/RN, após uma discussão em um bar, João efetuou três disparos de arma de fogo em desfavor de Caio. A vítima foi socorrida e encaminhada a um hospital de Monte Alegre/RN. Após permanecer internado em uma Unidade de Tratamento Intensivo, Caio veio a óbito, no dia 7 de abril de 2023.

Nesse cenário, à luz das disposições do Código Penal quanto ao tempo e ao lugar do crime, considera-se praticado o crime no dia:

- (A) 30 de março de 2023 (data dos disparos de arma de fogo) e no dia 7 de abril de 2023 (data do óbito). O lugar do crime, por sua vez, engloba Natal/RN e Monte Alegre/RN;
- (B) 7 de abril de 2023, mesmo que os disparos de arma de fogo tenham ocorrido em data diversa. O lugar do crime, por sua vez, engloba Natal/RN e Monte Alegre/RN;
- (C) 30 de março de 2023, mesmo que o óbito da vítima tenha ocorrido em data diversa. O lugar do crime, por sua vez, engloba Natal/RN e Monte Alegre/RN;
- (D) 30 de março de 2023, mesmo que o óbito da vítima tenha ocorrido em data diversa. O lugar do crime, por sua vez, é Monte Alegre/RN;
- (E) 30 de março de 2023, mesmo que o óbito da vítima tenha ocorrido em data diversa. O lugar do crime, por sua vez, é Natal/RN.

56

Após a 1ª fase do procedimento bifásico inerente ao Tribunal do Júri, o juiz entende que, muito embora exista, no caso concreto, prova da materialidade delitiva, ausentes estão indícios suficientes de autoria.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que o juiz proferiu a seguinte decisão judicial:

- (A) absolvição sumária;
- (B) desclassificação;
- (C) desaforamento;
- (D) impronúncia;
- (E) pronúncia.

57

João ingressou em um ônibus e, mediante grave ameaça, consubstanciada no emprego de arma de fogo, exigiu a entrega dos telefones celulares dos passageiros.

Ato contínuo, João se evadiu, vindo a ser capturado em flagrante por policiais que realizavam patrulhamento de rotina na região. Após os fatos, João foi encaminhado à Delegacia de Polícia, onde manifestou o desejo de ser informado sobre o nome dos policiais que lhe prenderam.

Nesse cenário, considerando as disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Processual Penal, é correto afirmar que:

- (A) a prisão de João deverá ser comunicada ao juiz competente, à família do preso ou à pessoa por ele indicada e à seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para o exercício do contraditório e da ampla defesa;
- (B) a prisão de João deverá ser comunicada ao juiz competente, à família do preso ou à pessoa por ele indicada e à Defensoria Pública, no prazo de 24 horas, para o exercício do contraditório e da ampla defesa;
- (C) João tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão, desde que assine termo de compromisso de manter a informação sob sigilo;
- (D) a prisão de João deverá ser comunicada imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;
- (E) João não tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão, considerando o caráter inquisitorial do inquérito policial.

58

Na data designada para a audiência de instrução e julgamento, em processo penal em que se imputa ao acusado a suposta prática do crime de furto qualificado, compareceram duas vítimas, duas testemunhas de acusação, uma testemunha de defesa e o réu.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, a prova oral colhida em audiência seguirá a seguinte ordem:

- (A) interrogatório; vítimas; testemunhas de acusação; e testemunha de defesa;
- (B) interrogatório; testemunhas de acusação; testemunha de defesa; e vítimas;
- (C) vítimas; testemunhas de acusação; testemunha de defesa; e interrogatório;
- (D) testemunhas de acusação; testemunha de defesa; vítimas; e interrogatório;
- (E) testemunha de defesa; testemunhas de acusação; vítimas; e interrogatório.

59

O Ministério Público ofereceu denúncia em face de João, pela suposta prática do crime de estupro. Finda a instrução processual, os autos vão conclusos para a sentença, ocasião em que o juiz entende, com base nos fatos descritos na denúncia, que não houve o crime de estupro, mas sim o delito de estupro de vulnerável, de natureza mais gravosa.

Nesse cenário, à luz das disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que o juiz:

- (A) deverá instar o Ministério Público a aditar a denúncia, considerando que o último é o titular privativo da ação penal pública. Em caso de inércia do Ministério Público, o juiz poderá proferir sentença com base na definição jurídica que entende adequada;
- (B) deverá instar o Ministério Público a aditar a denúncia, considerando que o último é o titular privativo da ação penal pública. Em caso de inércia do Ministério Público, o juiz poderá remeter os autos ao procurador-geral de Justiça;
- (C) poderá atribuir aos fatos definição jurídica diversa, mesmo que tenha de aplicar pena mais grave, desde que reabra a instrução criminal e permita que as partes exerçam o contraditório e a ampla defesa sobre a nova tipificação;
- (D) poderá atribuir aos fatos definição jurídica diversa, mesmo que tenha de aplicar pena mais grave e independentemente da reabertura da instrução criminal, desde que haja concordância expressa da acusação e da defesa;
- (E) poderá atribuir aos fatos definição jurídica diversa, mesmo que tenha de aplicar pena mais grave e independentemente da reabertura da instrução criminal.

60

Guilherme, delegado de polícia, deflagrou inquérito policial para apurar um suposto delito de roubo, perseguível mediante ação penal pública incondicionada. Contudo, dois meses após o início das investigações, não se logrou obter qualquer informação sobre a autoria delitiva. Inexistindo elementos mínimos quanto à autoria, o inquérito policial foi arquivado, na forma prevista na legislação processual. Seis meses após o arquivamento, surgem novos elementos quanto à autoria do delito.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal e a jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que o inquérito policial:

- (A) poderá ser desarquivado, mesmo que inexista notícia de outras provas ou prova nova, enquanto não operada a prescrição;
- (B) não poderá ser desarquivado, salvo se existir requisição do Ministério Público;
- (C) não poderá ser desarquivado, salvo se existir determinação judicial;
- (D) poderá ser desarquivado, desde que exista notícia de outras provas;
- (E) poderá ser desarquivado, desde que existam novas provas.

Redação

Os pais mais tradicionais tinham sempre a preocupação de deixar uma herança para os filhos, e tal herança era sempre imaginada como uma boa quantidade de dinheiro ou propriedades. Será essa de fato uma solução para futuros problemas? Que outros caminhos podem ser adotados nesse aspecto? Qual a melhor herança a ser deixada para nossos herdeiros?

Diga o que você pensa a respeito num texto dissertativo-argumentativo, escrito em língua culta, com no mínimo 15 e no máximo 20 linhas, dando especial atenção aos argumentos apresentados.

RASCUNHO – Redação

1

5

10

RASCUNHO

15

20

Realização

